ATA N° 002/2021

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Elaborada por
16/03/2021	14h	Sala de reunião virtual - Zoom	Flávia Falcão

2 .Classificação da reunião

Reunião da Comissão de Participação Institucional Feminina do TRE-RS com a ASPLAN sobre metas do CNJ

3. Comparecimento

Lotação	Servidor	Fone	E-mail: @tre-rs.jus.br
ASPLAN	Magda Stoll Andrade	9224	magdastoll
DG	Gabriele Mayer	9452	gabrielemayer
SGP	Rosiane Pólvora de Pólvora	9433	rosianepolvora
EJE	Tenísia Cruz Klein	9543	tenisiaklein
56ª ZE	Ana Paula Ávila	8056	anaavila

SJ	<i>Daniela</i> de Cassia Wochnicki	9579	danielawochnicki
GABPRES	Karen Fernandes da Rosa Fróes	9400	karenfroes
EJE	Débora do Carmo Vicente	9230	deboravicente
ASPRES	Flávia Miranda Falcão	9240	flaviafalcao
SGP	Rosiane Pólvora de Pólvora	9433	rosianepolvora

4. Pauta:

Assunto:

1) Metas CNJ:

Magda (ASPLAN) relata que em 2019 a Justiça Eleitoral levantou, junto ao CNJ, a bandeira da igualdade de gêneros por vários motivos, dentre eles, as candidaturas femininas. Todos acataram a ideia, posteriormente transformada numa meta para para o Poder Judiciário em 2020.

No mesmo ano, a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, assumiu a tarefa de implementar a Meta 9 do Poder Judiciário, que consiste em integrar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes na Agenda 2030, ao Poder Judiciário. A Agenda 2030 é “um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações”, segundo a ONU, mas com direcionamento claro aos poderes executivos nacionais. É uma grande inovação o CNJ tentar aplicá-los ao Judiciário brasileiro e essa adaptação traz grandes dificuldades.

Em 2019, quando foi apresentada a Meta 9 no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido em 25 e 26 de novembro de 2019, os Tribunais Eleitorais não aderiram pois 2020 foi ano eleitoral. Mas duas metas específicas foram aplicadas à Justiça Eleitoral mesmo no ano eleitoral, elas são: “promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral” e “fomentar a participação feminina no processo eleitoral.”

Passado o ano eleitoral, a Meta 9 - implementação da Agenda 2030 - passa a ser obrigatória para a JE também. Para cumprir, a JE tenta encaixar a meta específica da promoção da participação feminina no processo eleitoral com a Meta 9, pois o 5º ODS da Agenda 2030 é a Igualdade de gêneros.

Exemplo de dificuldade entre as determinações do CNJ e as peculiaridades da Justiça Eleitoral são as tabelas processuais unificadas, criadas em 2006, que não são muito adequadas às ações judiciais que tramitam na JE.

Daniela explicou que outro problema, para a JE, é a implementação da Meta 9 como “Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030” porque há ações judiciais na JE que não necessariamente refletem litígios, como as Prestações de Contas. Indo além, se o objetivo proposto pela Conselheira Maria Teresa Uille Gomes de verificar o número de ações judiciais em que uma das partes é mulher, a JE terá esse contingente de ações judiciais, as Prestações de Contas Eleitorais, que provocariam uma distorção nos resultados obtidos, caso fosse possível contabilizá-los, como se verá mais adiante.

Débora: Se a JE cumpre a meta específica de educar e fazer as campanhas previstas nas metas específicas, estará prevenindo litígios eleitorais. O problema é que essa ação foge da vinculação necessária com as Tabelas Processuais Unificadas.

Assim, para conseguirmos encaixar na meta 9, a JE escolheu a igualdade de gênero, ODS 5. Então é necessário um plano de ação ligado ao ODS 5 dentro dessa Meta 9.

A Conselheira Maria Teresa Uille Gomes, na reunião, havia proposto somar o número de ações judiciais que envolvessem mulheres, na tentativa de encaixar a meta de desjudicialização de litígios e o ODS da promoção da igualdade de gêneros. Mas o PJe não tem um campo específico para isso, o que torna impossível identificar o gênero das partes e totalizar as ações judiciais que envolvem mulheres. Débora lembrou que as campanhas de esclarecimento são bons instrumentos de desjudicialização e promoção da igualdade de gêneros na JE, o que se verificou nas ações de prevenção às candidaturas “laranja” de mulheres.

Tenísia: Conselheira procurou encontrar um dado quantificável para incluir na TPU, mas para isso, seria necessário compreender que há ações judiciais necessárias na JE que não significam litígio, como as prestações de contas eleitorais.

Daniela: seria necessário encontrar, como no caso das candidaturas “laranja”, as fraudes eleitorais para a identificação de ações eleitorais litigiosas que envolvam mulheres.

É possível implementar esse assunto no PJe, mas, atualmente, não existe.

Débora: sugestão seria criar um assunto na tabela “Fraude à quota de gênero”. É a questão com maior relação com o ODS n. 5. Outra é a distribuição do fundo partidário às candidaturas femininas, atualmente impossível de quantificar, tabular.

A Meta Nacional n. 4 envolve tabela, mas não é possível obter estatísticas.

Magda: ressaltou que a Meta n. 4 não é responsabilidade da comissão de participação feminina, mas de outras unidades do Tribunal. Na reunião com o CNJ, foi uma tentativa da Conselheira de encaixar a Meta 4 na Meta 9 para tentar vincular tabelas processuais à igualdade de gênero. A Meta 4 consiste em “ Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)”

Magda recomenda a elaboração de um plano de ação para a Comissão e incluir, pelo menos, uma ação que tenha relação com a tabela processual unificada.

Ponto 9. Sugeriu respostas para cada subitem:

P 9.1 - ODS 5; P. 9.2 - não existe classificação das ações na TPU que inclua fraude às quotas de gênero nas candidaturas eleitorais, então podemos responder que não há vinculação à tabela e preencher com a sugestão da Daniela.

9.3 - Entregar o plano de ação até o fim de março, para que a ASPLAN possa responder que a Comissão de Participação Feminina tem um plano desde a primeira consulta trimestral feita pelo CNJ no final de março

Esse plano de Ação elaborado pela Comissão pode conter vários objetivos.

Como a Comissão tem 3 Eixos (Liderança Feminina, Promoção da Participação Feminina na Política e Combate à Violência), no campo “observações” do formulário padrão de Plano de Ação, cada eixo será identificado com as ações correspondentes. Se forem 2 ações por eixo, o plano de ação deverá enumerar 6 ações, uma abaixo da outra. Se uma só dessas ações tiver vinculação com as TPU, já estará cumprido o item 9.2.

Magda sugere o prazo até o fim de março para apresentar na reunião do dia 8 de abril, pela manhã. Assim, já teríamos cumprido a primeira meta de elaborar um plano de ação para a Comissão e informar na primeira consulta trimestral. A apresentação na primeira reunião de abril é conveniente para já dar visibilidade à causa e angariar apoio.

Débora: a elaboração do Plano de Ação ajuda a dar objetividade ao trabalho da Comissão. Pode trazer reflexos dentro do Tribunal se conseguirmos melhorar o foco.

Magda avalia que metodologia e técnica são necessárias para dar solidez ao trabalho da Comissão.

Débora: Conselheira falou que a Resolução CNJ n. 333 obriga os Tribunais a manterem a um Portal de Estatísticas. Débora falou que já existe um Portal, mas é atribuição da SGP, segundo a Lilian (COPES), ausente na reunião. Sugeriu botar o relatório da ocupação dos cargos de gestão por mulheres no TRE-RS no Portal de Estatísticas para dar mais visibilidade. Vai sugerir a criação de um ranking de tribunais com mais mulheres em cargos de gestão.

Magda: informou que a ASPLAN é responsável pelo Portal de Estatísticas do TRE-RS, que remete ao Justiça em números e outras informações. A Resolução n. 333 diz que o CNJ deveria ter estabelecido, até o fim de 2020, o mínimo de dados estatísticos que os tribunais devem publicar, mas essa lista ainda não existe. Quando houver, deverão ser divulgados, mas esse portal é do TRE e pode ser alimentado com todos os dados considerados

importantes, além desse mínimo obrigatório. A SGP alimenta o sistema interno de distribuição de cargos e ASPLAN pode puxar os dados para o Portal de Estatísticas.

Atualmente, o Portal de Estatísticas está aberto com os dados que o TRE-RS dispõe, mas será aumentado conforme o CNJ definir.

ASPLAN: desnecessário pegar determinação do Presidente para publicar dados de chefia feminina no TRE-RS nesse Portal de Estatísticas. ASPLAN tem a gestão do Portal.

Daniela: questiona se a Comissão vai apresentar algo na reunião de 08/04, nossa dificuldade com as TPU e sugerir inclusão do assunto atinente à fraude às quotas de gênero para entrar no PJe. Magda sugere que essa proposta de inclusão nas TPUs faça parte da apresentação do Plano de Ação com a sugestão na parte "Observações".

Débora ofereceu a palavra aos participantes, questionou se restaram dúvidas.

Magda sugeriu que a JE vá trabalhando e aprimorando a proposta do CNJ.

Débora, sugestão: abrir um SEi com esse Plano de Ação, colocar à consideração superior do Presidente, e à ASPLAN. Existe Documento específico para o Plano de Ação, já criado pela Débora. Considerando a pressa com que esse plano terá que ser elaborado para entrega no final de março, a Débora orienta que cada ação seja o genérica possível, para desenvolvimento depois.

Tenísia lembrou que 25/11 é o dia nacional de combate à violência contra a mulher. Será realizado um evento nesse dia. Débora sugeriu a publicação de cards sobre o assunto, durante os 15 dias anteriores, como a ONU orienta. A EJE vai dar curso específico sobre violência contra a mulher para comissões que tratam de assuntos correlatos, como o assédio moral.

Débora relatou que, sobre a liderança feminina, já estão previstos: palestra de conscientização sobre liderança feminina e inclusão do assunto em todas as capacitações em gestão que a EJE oferecerá em 2021. Pedir que o contratado trate da liderança feminina no programa da capacitação. As ações específicas para constarem no Plano de Ação são: podcast sobre histórias femininas inspiradoras e a apresentação dos resultados da pesquisa sobre a ocupação de cargos de gestão por mulheres em evento interno do Tribunal.

Karen, sobre o eixo participação feminina na política, sugeriu mencionar as exposições nas escolas como atividade para o plano de ação. Débora lembrou que a Professora Lara Ferreira será contratada para orientar um grupo de estudos no TRE-RS em cidadania, que resultará em várias cartilhas: sobre violência política, participação feminina na política e outros temas. Essa será uma das ações do eixo. Daniela sugeriu, como segunda ação, um evento com os partidos políticos, para aproveitar que não é ano eleitoral. Débora lembrou da pouca adesão dos partidos a eventos no passado. Karen lembrou que agora a visibilidade do assunto é maior e que é possível contar com as subcomissões de apoio à mulher advogada no interior. Essas são as duas ações possíveis para o eixo participação feminina na política.

Rosiane sugeriu fazer o plano de ação no Google Drive para que as ações de cada eixo sejam preenchidas colaborativamente, conforme a distribuição das integrantes da Comissão nos três eixos, e depois o plano será transcrito ao SEi. Aprovada.

Débora propõe o prazo até o dia 24/03, quarta-feira da próxima semana, para já termos atividades de cada eixo. Essas duas ações de cada eixo serão submetidas à avaliação da Comissão no grupo.